



Comarca de Cabrobó

Código de referência:	BR PEMJ CAB
Título:	Comarca de Cabrobó
Data(s):	1844-1901 1904 1906 1909-1910 1912 1947 1968 1970-1974 (datas de produção)
Nível de descrição:	Fundo
Dimensão e suporte:	Textuais, 4,37 metros lineares ou 23 caixas-arquivo de papelão
Nome(s) do(s) produtor(es):	Comarca de Cabrobó, 1786-
História adm./biografia:	<p>Segundo relato de descendentes de antigos moradores, o local era habitado por indígenas conhecidos como "Rodelas" de Cabrobó. Posteriormente, Francisco Dias Dávila II, pertencente à dinastia da Casa da Torre, instalou-se com uma fazenda de criação de gado. Com a prosperidade, essa fazenda recebeu o título de Paróquia, da qual já se tem notícia em 1696. Sucedeu-se a isso a invasão de índios Cariris, que se apossaram da Ilha de Assunção, banhada pelo Rio São Francisco. Segundo o <i>Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco</i>, escrito por Sebastião de Vasconcellos Galvão, no começo do século passado, o povoado que atualmente é sede do município era conhecido pelo nome de Brejão de Santa Cruz. Na localidade, fora erguida uma capela dedicada à Santa Cruz e, sendo uma região de clima agradável e de vegetação abundante, recebeu, inicialmente, o nome Brejão, topônimo adotado, definitivamente, quando da criação do município.</p> <p>Formação Administrativa</p> <p>Distrito criado com a denominação de Cabrobó, pelo alvará de 14-11-1786, foi elevado à categoria de vila, pela lei provincial nº 345, de 13-05-1854, e instalado em 08-11-1854, sendo desmembrado de Boa Vista. Pela lei provincial nº 1835, de 12-03-1885, e pela lei municipal nº 2, de 01-12-1892, foi criado o distrito de Belém. Em 07-05-1903, pela lei estadual nº 597, a sede do município de Cabrobó foi transferida da povoação de Cabrobó para a vila de Belém de Cabrobó, que, sob a mesma lei, foi elevada à condição de cidade. Em 10-05-1924, pela lei estadual nº 1641, o município de Cabrobó passou a denominar-se Belém de Cabrobó. Em 11-09-1928, pela lei estadual nº 1931, Cabrobó foi novamente elevado à categoria de município, sendo instalado em 01-01-1929 e desmembrado de Belém, ficando como sede o antigo distrito de Cabrobó. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município era constituído por 2 distritos: Cabrobó e Orocó. Em 20-12-1963, pela lei estadual nº 4976, deu-se o desmembramento do distrito de Orocó, elevado à categoria de município, passando o município de Cabrobó a se constituir apenas do distrito sede, e assim permanecendo em divisão territorial de 2005.</p> <p><u>Gentílico: cabroboense ou cabroboara</u></p>
Procedência:	Arquivo da Comarca de Cabrobó

Âmbito e conteúdo:	O fundo é constituído por processos judiciais, contendo documentos das áreas cível e criminal.
Sistema de arranjo	O acervo está ordenado cronologicamente, subdividido em duas áreas: cível e criminal. O arranjo foi organizado da seguinte forma: cada comarca corresponde a um fundo e cada vara a uma seção; as séries são constituídas por tipos documentais, ou seja, no caso de documentação processual a série é processo judicial e a subsérie cada tipo de ação ou recurso.
Condições de acesso	Sem restrição de acesso.
Condições de reprodução	Os documentos podem ser reproduzidos por via fotográfica, sendo necessária a assinatura de um termo de cessão de uso de imagens.
Características físicas e requisitos técnicos	Alguns documentos apresentam dificuldade de leitura ou de reprodução por estarem esmaecidos.
Instrumentos de pesquisa	Listagem em ordem cronológica e por área (cível ou criminal).
Unidades de descrição relacionadas	O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano possui parte do acervo processual original de algumas comarcas, bem como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – PE, e esses documentos não estão à disposição no Memorial para leitura em forma reproduzida.
Notas gerais	Para o preenchimento do elemento história administrativa/biografia foram utilizadas informações da seguinte fonte: http://www.citybrazil.com.br/pe/cabrobo/historia-da-cidade
Nota do arquivista	Descrição revista e preparada por Mônica Pádua, historiadora e especialista em Arquivo, do Memorial da Justiça.
Regras ou convenções	Descrição baseada em: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data(s) da(s) descrição(ões)	2 de julho de 2012.